



Senado discute proposta de pacto para reduzir homicídios

Representantes do governo e da sociedade civil participam de reunião na CDH e avaliam alternativas para diminuir as estatísticas de violência no país. São 120 mortes por dia, sem contar as vítimas do trânsito



Professor Arthur Trindade Maranhão Costa (E) e senador Paulo Paim ouvem o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, Benito Tiezzi: estatísticas assustadoras

Só a mobilização de todos os governos e da sociedade poderá fazer o Brasil deixar rapidamente a condição de um dos países mais violentos do mundo. A defesa de um pacto nacional para reduzir os assassinatos – mais de 50 mil por ano – foi discutida na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Para Alberto Kopittke, do Ministério da Justiça, o país vive uma epidemia de homicídios. 3

especial Cidadania Pequeno produtor rural deve pagar juros menores 8

Oposição busca apoio para investigar Palocci 4

Plenário começa a debater PEC das MPs 2

Aprovação do cadastro positivo é elogiada 6

Mercosul, 20 anos: abertura econômica divide especialistas 5

Genaldino Magalhães/Senado Federal

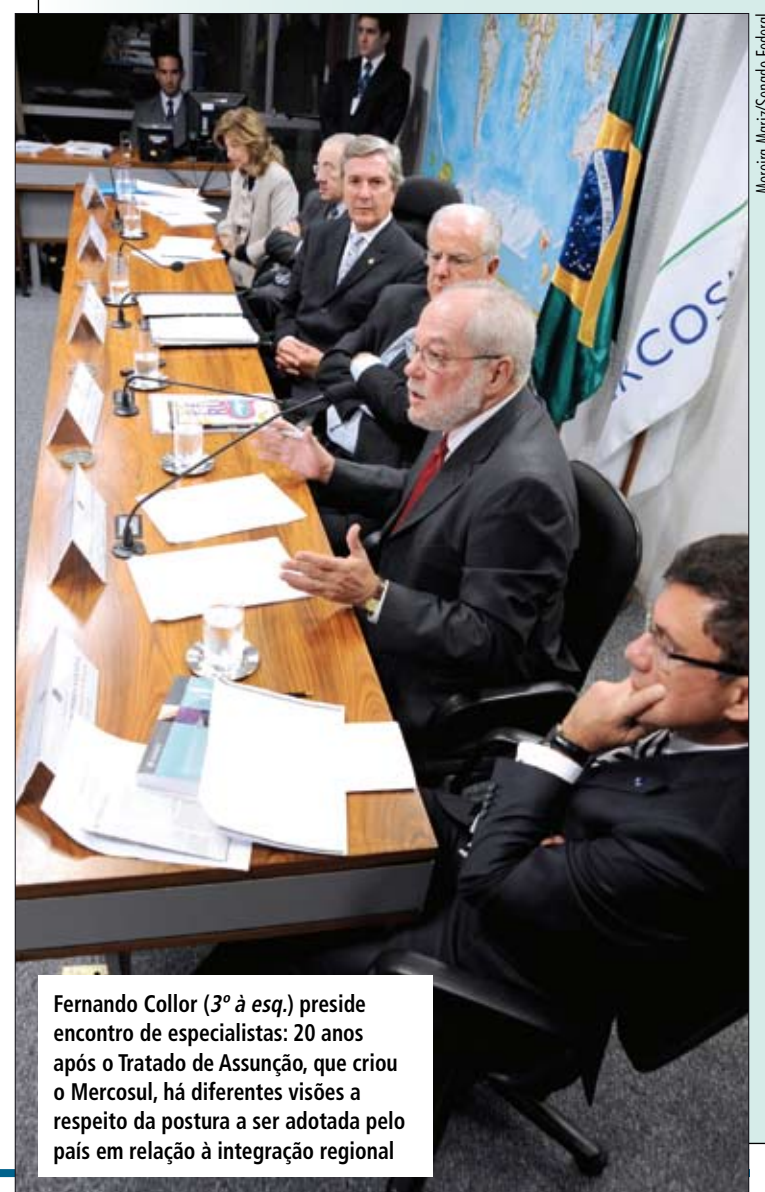


O senador José Pimentel (E), Ney José de Freitas, a ministra do TST Kátia Arruda e Renato Sant'Anna acompanham discurso de Eunício Oliveira

Plenário homenageia Justiça do Trabalho

Em sessão especial para celebrar os 70 anos de criação da Justiça do Trabalho, o Senado destacou a im-

portância da legislação trabalhista. A iniciativa foi dos senadores José Pimentel e Eunício Oliveira. 7



Moreira Mariz/Senado Federal

Fernando Collor (3º à esq.) preside encontro de especialistas: 20 anos após o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, há diferentes visões a respeito da postura a ser adotada pelo país em relação à integração regional

Plenário faz hoje primeira das cinco sessões de discussão em primeiro turno exigidas pelo Regimento. Acordo de líderes deve permitir aprovação final ainda no dia 1º

PEC das MPs já pode ser votada na semana que vem

A VOTAÇÃO DA proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11), do senador José Sarney (PMDB-AP), que altera o procedimento de exame das medidas provisórias (MPs) no Congresso, já está programada na ordem do dia.

Uma das principais novidades da PEC, que muda o artigo 62 da Constituição, é proibir a inclusão de assuntos diferentes tanto na MP como no chamado projeto de lei de conversão (PLV), que é apresentado quando uma MP é reformulada no Congresso.

A primeira sessão de discussão em primeiro turno será hoje. As outras quatro exigidas pelo Regimento Interno do Senado serão amanhã, quinta-feira e na semana que vem (dias 31 de maio e 1º de junho).

Depois, a PEC precisa ainda ser votada em segundo turno, para o qual são exigidas três sessões de discussão. Os senadores podem, por acordo, dispensar os intervalos de tempo obrigatórios entre os dois turnos e entre as votações em cada turno. Nesse caso, todas as oito sessões de discussão e as duas votações podem ser realizadas no mesmo dia para concluir rapidamente o exame da proposição.

Os senadores podem concluir a votação no dia 1º de junho, realizando as três sessões do segundo turno na mesma sessão. A PEC será aprovada se obtiver três quintos dos votos dos senadores (49), em cada um dos turnos de votação. Depois, será remetida à Câmara, onde são necessários 308 votos para aprovação.

Paim pede fim do voto secreto no Senado

Em Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo para que o Senado acabe com o voto secreto. Ele lembrou que na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre já não existe a possibilidade de os parlamentares votarem secretamente.

– Por que o Senado tem medo de votar abertamente? Cada um vota e assume sua responsabilidade – afirmou.

Código preocupa ex-ministros do Meio Ambiente

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem comitiva de oito ex-ministros do Meio Ambiente: Marina Silva, Carlos Minc, José Carlos Carvalho, Henrique Brandão Cavalcanti, Fernando Coutinho Jorge, Rubens Ricúpero, Paulo Nogueira Neto e Sarney Filho.

Os ex-ministros entregaram ao presidente do Senado uma carta com as principais preocupações relacionadas ao projeto de novo Código Florestal (PL 1.876/99), previsto para ser votado hoje pela Câmara dos

Deputados. Questões como a anistia a desmatadores, a classificação de agricultores familiares e a demarcação de áreas de preservação permanente estão entre as preocupações dos ex-ministros. Outros dois ex-ministros do Meio Ambiente também assinaram a carta: Gustavo Krause e José Goldemberg.

Marina Silva disse que as conquistas da legislação ambiental correm risco com o novo código. Para ela, as novas leis devem ser feitas para preservar as florestas e incentivar a produção susten-

tável. De acordo com Marina, o ideal seria o adiamento da votação pela Câmara, para permitir um maior debate das questões polêmicas.

José Sarney disse aos ex-ministros que espera um acordo sobre o texto do novo Código Florestal na Câmara. Se isso não ocorrer, ele afirmou que o "Senado vai analisar com cuidado" as questões polêmicas.

– A preservação ecológica tem a ver com o destino da humanidade – comentou o senador.

Palestras apresentam Prodasen, Arquivo e Anais

Os participantes do terceiro painel do ciclo de palestras Conhecendo o Senado puderam ontem saber como funcionam os serviços de três secretarias da Casa: de Informática (Prodasen), de Arquivo e de Anais.

– Com esse ciclo de palestras, os servidores mais antigos do Senado poderão ajudar os colegas mais novos, e também os parlamentares, em especial os senadores que tomaram posse este ano, de modo mais eficaz, visando auxiliar a Casa como um todo – disse a diretora-geral-adjunta, Rosa Maria Vasconcelos, ao abrir o evento, promovido pela Diretoria-Geral da Casa.

A Diretora do Prodasen, Claudia Nogueira, mencionou a atuação da secretaria durante



Alraune Reinke (E), Maria do Socorro, Rosa Maria e Claudia Nogueira em painel

a Constituinte de 1988 e nas comissões parlamentares de inquérito (CPIs). "Desempenhamos papel importante na história do Senado e do país", disse.

Sobre o Arquivo, Maria do Socorro Santos, diretora da secretaria, e Alraune Reinke, arquivista supervisora, explicaram que ele conserva hoje um total de 42 milhões de documentos,

desde a criação do Congresso.

Flávio Cunha Lima, diretor da Secretaria de Anais, explicou que em 1826, primeiro ano de funcionamento do Senado, foram publicados quatro livros. Segundo ele, em 1996, quando foi criada a TV Senado, os anais já eram publicados em dois livros por mês. Hoje, são 80 publicações por ano, disse.



Participaram da cerimônia de beatificação de irmã Dulce, sábado, em Salvador, o presidente do Senado, José Sarney, ao lado da presidente Dilma Rousseff e do governador baiano Jaques Wagner. O reconhecimento de um milagre levou a freira, morta há 19 anos, a ser proclamada beata, mais um passo para se tornar santa. O ritual foi conduzido pelo cardeal dom Geraldo Majella Agnelo. Com a beatificação, a religiosa passa a ser chamada de Bem-Aventurada Dulce dos Pobres.

Alô Senado 0800 61-2211

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP tranca pauta de votações

14h A pauta está trancada pela medida provisória que libera recursos de R\$ 26,6 bilhões para vários órgãos.

Presidência Parlamentar neozelandês visita Brasil

11h José Sarney recebe o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbató; às 12h, o presidente do Parlamento da Nova Zelândia, Lockwood Smith. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária e, às 18h, recebe o ministro Honildo Amaral de Mello Castro, do Superior Tribunal de Justiça, acompanhado do presidente do Sindicato Nacional dos Inspectores da Polícia Rodoviária Federal, Maurício Carvalho Maia, e do corregedor-geral do órgão, Lorival Carrijo. Às 19h, participa da solenidade de posse da ministra Nancy Andrichi, no cargo de corregedora-geral da Justiça Eleitoral no Tribunal Superior Eleitoral.

Faixa de Fronteira Debate em subcomissão

10h Segurança nas fronteiras é o tema de audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Previdência Emprego para maiores de 45

9h Audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social sobre políticas de emprego para os trabalhadores experientes (a partir de 45 anos). O diretor do departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, Rodolfo Péres Torelly, é um dos convidados.

CRE/CAE/CCJ Fuso horário do Acre

9h30 Reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores, Assuntos Econômicos e Constituição e Justiça para discutir o restabelecimento do fuso horário do Acre.

CAE Aviso prévio isento de INSS

10h Projeto que isenta o aviso prévio de contribuição previdenciária consta, entre outros itens, da pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos.

CE Políticas para o consumo sustentável

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que institui a política de educação para o consumo sustentável. Vota também requerimento para debater denúncias envolvendo o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), responsável pelos direitos autorais.

CCJ Indicações para o CNMP

11h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatina Tito Souza do Amaral e José Lázaro Alfredo Guimarães, indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2011/2013.

CMO Parecer sobre contas da União de 2010

11h Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento para ouvir o ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz, relator do parecer prévio sobre as contas do governo do exercício de 2010. Às 14h30, vota, entre outras matérias, o relatório preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Também na pauta requerimento convocando o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para explicar sua evolução patrimonial.

CMA Meia-entrada nas vendas pela internet

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada. Também na pauta requerimento da senadora Marinor Brito (PSOL-PA) convocando o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre variação patrimonial de mais de 20 vezes em apenas quatro anos.

CPI Investigação sobre o tráfico de pessoas

13h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas realiza reunião administrativa para votação de requerimentos.

Tributação Debate sobre equidade fiscal

14h A Subcomissão de Avaliação do Sistema Tributário Nacional debate o tema "Equidade fiscal". São convidados Fernando Gaiger, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea); e Marcelo Lettieri, da Receita Federal.

Copa Infraestrutura em Recife

14h30 A Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que integra a CMA, realiza audiência pública para discutir a infraestrutura e o andamento das obras em Recife para os jogos da Copa.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Rosa Maria Gross de Almeida, da Secretaria de Direitos Humanos, e Alberto Kopittke (D) participaram da audiência pública na CDH, presidida por Paulo Paim

Ministério da Justiça sugere pacto nacional para combater violência

Para o secretário nacional de Segurança Pública, só com a mobilização conjunta da União, dos estados e dos municípios será possível reduzir a epidemia de homicídios – mais de 120 por dia –, principalmente de adolescentes

A IDEIA DE um pacto nacional pela redução do número de homicídios foi discutida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Alberto Liebling Kopittke, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, disse que é preciso mobilizar governos estaduais e municipais para levar a cada cidade brasileira esse pacto pela redução de homicídios.

O debate na CDH baseou-se nos dados do Mapa da Violência 2011, levantamento produzido pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça. Essa edição usa números referentes a 2008, quando o Brasil – o sexto mais violento do mundo – registrou mais de 50 mil assassinatos ou 26,4 assassi-

atos por 100 mil habitantes.

Para Kopittke, o país vive uma epidemia de homicídios: são mais de 120 mortes por dia, sem considerar as outras causas violentas de mortalidade, como os acidentes de trânsito. Em 20 anos, mais de 1 milhão de pessoas foram vítimas de homicídios, em grande parte jovens, disse.

Rosa Maria Gross de Almeida, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, apresentou um número preocupante: 33 mil jovens entre 12 e 18 anos foram mortos desde 2006, o que corresponde a 13 assassinatos de adolescentes/dia. É como se o Brasil tivesse, a cada dia, uma tragédia semelhante à da escola municipal Tasso da Silveira, de Realengo (RJ), em que 12 estudantes perderam a vida.

Impunidade está na base do problema

Alberto Kopittke disse que a impunidade está na base da epidemia de homicídios no país. Observou que somente 4% a 5% desses delitos têm seu autor preso após o inquérito policial e o processo na Justiça. Outro problema, a seu ver, está na sobrecarga de trabalho da polícia. Ele afirmou que cada equipe de investigação no Brasil cuida, em média, de 140 homicídios por ano.

O especialista recorreu ao combate à pandemia da gripe suína no Brasil, em 2009, para propor um modelo de enfrentamento à epidemia de homicídios. Informações sobre a pandemia da gripe de dois anos atrás, segundo ele, orientaram com precisão a ação governamental, algo impossível hoje na segurança pública, que, na ausência de dados próprios, baseia-se no Datasus, do Sistema Único de Saúde (SUS).

A preocupação do Ministério da Justiça, conforme Kopittke, é criar um sistema de dados que possa facilitar a medição da eficácia de iniciativas governamentais, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em 2007, e orientar ações futuras.

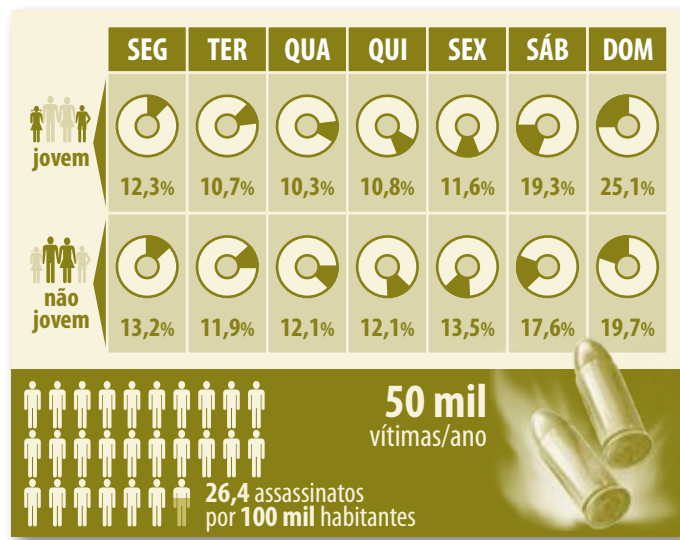
Monitoramento torna combate mais eficaz

A ação baseada em dados teria permitido a Minas Gerais reduzir em 55% a taxa de homicídios em dez anos. Segundo o professor Arthur Trindade Maranhão Costa, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da Universidade de Brasília (UnB), um sistema de estatística e de monitoramento de áreas violentas deu maior eficácia à ação policial.

Arthur Trindade registrou que o estado de São Paulo teve em dez anos a maior redução da taxa de homicídios, de 70%. A capital, observou, hoje tem taxa de homicídios por mil habitantes inferior às de Los Angeles, Chicago e Detroit, nos Estados Unidos. A causa do sucesso da estratégia desenvolvida em São Paulo, de acordo com o professor, é uma combinação da municipalização das ações de segurança pública com a reforma do aparato policial.

Homicídios ao longo da semana

Como ficam distribuídas as mortes na média nacional. Os números são referentes a 2008



Fonte: Mapa da Violência 2011 – os jovens do Brasil

Repressão qualificada reduz mortes em PE

O professor Arthur Trindade disse que Pernambuco – o terceiro estado mais violento – registrou uma queda de 40% no número de homicídios, em quatro anos, depois de combinar a política inicial, de prevenção, com uma política de “repressão qualificada” do crime.

Essa “repressão qualificada”, de acordo com Arthur Trindade, não atenta contra os direitos humanos e é bastante diferente da política de enfrentamento adotada há alguns anos no Rio de Janeiro, que resultou na morte de mais de 1.500 civis em confrontos com as forças policiais.

Hoje, conforme o professor da UnB, o Rio de Janeiro implanta unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que visam instituir polícias comunitárias em favelas, como forma de desarticular quadrilhas que antes controlavam esses territórios. A opção pelas UPPs, acrescentou, foi um dos fatores que contribuíram para a redução do número de homicídios em 17% nos últimos dez anos.

À exceção de quatro estados, todos apresentaram crescimento da taxa de homicídios, lembrou Arthur Trindade.

Aluno indígena pode ter teste diferenciado

Os estudantes indígenas poderão passar por processo de avaliação acadêmica com critérios diferentes que levem em consideração as particularidades culturais das comunidades. A proposta (PLS 186/08) de alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), deve ser votada em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), hoje, às 11h.

A matéria já foi aprovada no ano passado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebeu duas emendas da relatora, a ex-senadora Fátima Cleide, sugerindo que a questão da avaliação fosse tratada, também, na parte da LDB dedicada aos objetivos da educação básica (artigo 32).

A relatora na CE, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), manteve as emendas em seu parecer favorável e ressaltou que Fátima Cleide “entendeu que a inovação alcançaria os entes federados diretamente responsáveis pela oferta da educação indígena, logrando, por conseguinte, maior poder de coerção”.

Consumo

A CE também deve votar o substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 270/09, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), que institui a Política Nacional de Educação para o Consumo Sustentável. O objetivo é estimular a adoção de práticas de produção ecologicamente sustentáveis.

A relatora destacou outros objetivos do projeto de lei, como o incentivo às mudanças de atitude dos consumidores; estímulo à redução do consumo de água, energia e outros recursos naturais; promoção da redução no acúmulo de resíduos; estímulo à reutilização e à reciclagem; e estímulo às empresas para adotarem medidas sustentáveis.

Para atender a esses objetivos, o PLC estabelece que cabe ao poder público, em todas as esferas de governo, promover campanhas em prol do consumo sustentável e capacitar os profissionais da área de educação para inclusão do consumo sustentável em programas de educação ambiental.

Comissões decidem sobre horário do Acre

Três comissões – de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores (CRE) e de Constituição e Justiça (CCJ) – analisam hoje, em reunião conjunta, o restabelecimento do fuso horário original do estado do Acre, instituído por decreto de 1913, que foi alterado em 2008.

Se o projeto (PLS 91/11) de Pedro Taques (PDT-MT) for aprovado, o Acre voltará a ter duas horas a menos em relação a Brasília, em vez de uma hora a menos, como ocorre hoje. A votação, que devia ter acontecido no último dia 17, foi adiada por propostas de mudança de horário também no Pará e no Amazonas.

Subcomissão da CAE debate equidade fiscal

A Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional debate hoje a equidade fiscal. Participam da discussão o auditor da Receita Federal Marcelo Lettieri e o técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Fernando Gaiger.

A subcomissão é vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos e foi criada para fazer um diagnóstico sobre os problemas que afetam o sistema tributário nacional. A partir do diagnóstico, os senadores pretendem elaborar uma proposta de reforma do setor. A subcomissão é presidida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e tem como vice José Pimentel (PT-CE).

Políticas de trabalho para maiores de 45 anos

As políticas de emprego para os trabalhadores a partir dos 45 anos de idade serão discutidas hoje pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais.

Entre os convidados para a audiência pública, estão o diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, Rodolfo Peres Torrelly; a coordenadora-geral de Estatísticas do Trabalho da pasta, Maria Emília Piccini Veras; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Presidente da Caixa comparece hoje à CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebe hoje o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda, para discutir, em audiência pública, a operacionalização do Decreto 7.468/11, que trata da validade dos restos a pagar não processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Boa parte das obras incluídas nos restos a pagar não foi concluída ou executada por conta de dificuldades no processo de repasse dos recursos intermediado pela Caixa. A iniciativa de convocar o presidente do banco foi do presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias diz que não há como partidos de oposição não buscarem o esclarecimento do rápido crescimento patrimonial do ministro

Oposição busca assinaturas para abrir CPI sobre Palocci

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) anunciou ontem uma reunião entre lideranças de partidos de oposição do Senado e da Câmara para iniciar a coleta de assinaturas com o objetivo de criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. É necessário um terço da composição de cada Casa para abrir a CPI (171 deputados e 27 senadores).

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* apontou aumento do patrimônio de Palocci em 20 vezes entre 2006 e 2010. Ele adquiriu um apartamento de luxo em São Paulo por R\$ 6,6 milhões, além de um escritório de R\$ 882 mil, hoje administrados pela empresa de consultoria Projeto, também de sua propriedade. Durante quatro anos como deputado, Palocci ganhou o valor total de R\$ 974 mil.

Na avaliação de Alvaro Dias, não há como os partidos de oposição não buscarem o esclarecimento do crescimento patrimonial e das denúncias contra Palocci, sobretudo pelo



Alvaro Dias: tática do governo é passar a mão na cabeça da desonestidade

fato de exercer um importante cargo público, tendo, portanto, a obrigação de dar explicações à população.

– É evidente que se torna inquestionável a necessidade de transparência em relação às denúncias veiculadas pela imprensa – disse o líder do PSDB.

Alvaro Dias criticou ainda a tática adotada pelo governo de ameaçar parlamentares da base com a perda de cargos na administração federal caso assinem o pedido de instalação da CPI.

– Esta prática já é conhecida: passar a mão na cabeça

da desonestidade e “blindar” os eventuais desonestos. Há uma máquina monumental de “blindagem”, que tenta, no Congresso Nacional, impedir a fiscalização eficiente e a investigação indispensável quando as denúncias são consistentes – afirmou o parlamentar.

Em aparte, o senador João Pedro (PT-AM) defendeu a inocência de Antonio Palocci, pedindo aos partidos de oposição que aguardem manifestação do Ministério Público sobre as explicações prestadas pelo ministro.

Para Jarbas, ministro comete segundo erro político

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu ontem a investigação da evolução do patrimônio do ministro Antonio Palocci. O senador também citou matéria da *Folha de S. Paulo*, do último sábado, segundo a qual a empresa de Palocci faturou R\$ 10 milhões entre novembro e dezembro de 2010, os dois meses que separaram a eleição da presidente Dilma Rousseff e sua posse.

Para o senador, o ministro Palocci está incorrendo em um segundo erro na vida pública. Jarbas Vasconcelos lembrou que, em 2006, Palocci teve de pedir demissão do Ministério da Fazenda devido ao caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

– O caseiro Francenildo fez a coisa certa: provou a origem do dinheiro de sua conta. Resta a Palocci fazer o mesmo, se é



Jarbas diz que oposição não aceita “blindagem” e exige explicações

que isso é possível – declarou o senador.

Jarbas Vasconcelos afirmou que a Casa Civil sofre de um tipo de maldição nos governos do PT, já que denúncias de casos de corrupção atingiram os ex-ministros José Dirceu e Erenice Guerra e, agora, o ministro Antonio Palocci.

– Só salvou a própria Dilma,

que foi ministra e agora é presidente – disse.

O parlamentar afirmou que o ministro deve explicar sobre o aumento de seu patrimônio e o fato de ter prestado consultoria ao mesmo tempo em que era deputado federal.

Segundo o senador, o caso não está encerrado e “dizer isso é jogar a sujeira pra debaixo do tapete”. Jarbas Vasconcelos ainda afirmou que é papel do Congresso fiscalizar o Executivo e a oposição não aceita a “blindagem” do ministro. Para Jarbas, cabe ao ministro Palocci renunciar ou à presidente da República afastá-lo.

– Não queremos destruir ninguém. Queremos explicações sobre esse episódio que é muito nebuloso. Palocci deve explicar a todos os brasileiros e não pode mais se esconder – declarou Jarbas.

Mozarildo denuncia desvios de R\$ 500 milhões na Funasa

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou em Plenário o que classificou como “desmandos” da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no atendimento às populações indígenas. Ele disse que, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), R\$ 500 milhões foram desviados da Funasa nos últimos cinco anos. Somente em Roraima, lembrou, a Funasa já foi alvo de duas operações da Polícia Federal (PF).

– Mas, na verdade, os vícios e as mazelas continuam. E agora, na sexta-feira, os índios ianomâmis fizeram um levante em frente à sede da Funasa pela

não efetivação no cargo da atual coordenadora Claudete Schuertz, na direção do Distrito Sanitário Yanomami, porque acreditam haver uma jogada política nessa história. Segundo eles, estão querendo indicar Andréia Maia Oliveira, que não é bem aceita pelas comunidades indígenas – afirmou.

Mozarildo leu carta do movimento indígena que acusa o superintendente da Funasa em Roraima, Marcelo Lima Lopes, de ameaçar a saúde dos ianomâmis e iecuanas. O senador lembrou que Lopes já foi preso numa das operações da PF, mas continua no



Mozarildo diz que, em Roraima, órgão já foi alvo de duas operações da PF

comando da Funasa. Ele assinalou que todos os distritos do país já tiveram suas coordenações confirmadas, menos Roraima.

O senador disse que, sendo médico, fica revoltado ao se deparar com um esquema montado para roubar na área da saúde.



Senador comentou encontro da presidente com Grito da Terra

Para João Pedro, Dilma reafirma apoio ao campo

O senador João Pedro (PT-AM) destacou ontem o encontro entre representantes do 17º Grito da Terra – evento organizado por entidades do meio rural liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) – e a presidente Dilma Rousseff.

Para João Pedro, ao conversar pessoalmente com os agricultores, Dilma reafirmou o compromisso com os trabalhadores do campo e mostrou a maturidade da democracia brasileira.

João Pedro ressaltou o novo valor do Plano Safra para 2011, fixado em R\$ 16 bilhões, com crédito destinado à agricultura familiar a juros de 0,5% a 2%. Ele lembrou que até pouco tempo o total de recursos para o Plano Safra era de R\$ 3,4 bilhões.



Gleisi: governo federal vai estimular a produção de alimentos básicos

Gleisi elogia novas regras do crédito rural

As mudanças propostas pelo governo para o novo Manual de Crédito Rural foram elogiadas por Gleisi Hoffmann (PT-PR). A senadora afirmou que as novas medidas vão desburocratizar e baratear as concessões de crédito e aumentar o teto dos financiamentos.

Ações a serem divulgadas nas próximas semanas vão diminuir juros dos financiamentos de produtores de arroz, feijão, carnes, frutas e hortigranjeiros, igualando-os aos cobrados para soja, algodão e milho, disse.

– O governo quer estimular a produção de alimentos básicos, induzir a diversificação da agropecuária, garantir a sustentação de preços ao produtor e, ao mesmo tempo, manter sob controle a inflação dos alimentos – explicou.

As medidas preveem ainda benefícios para as cooperativas e descontos especiais pelo uso de sementes certificadas e pelo respeito às leis ambientais.

Marisa defende análise minuciosa do Código Florestal

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse ontem que os senadores precisarão analisar minuciosamente o projeto do novo Código Florestal, que pode ser votado hoje na Câmara dos Deputados.

– Precisamos nos debruçar vírgula por vírgula no texto que será aprovado na Câmara. Uma única palavra pode mudar substancialmente o conteúdo e a interpretação de um artigo – advertiu.

A senadora afirmou que, embora venha de um estado com tradição no agronegócio, não pretende tomar partido entre ambientalistas e ruralistas. Marisa ressaltou que não se pode



Marisa: preservação não pode ser inimiga da produção agrícola

tomar a preservação ambiental como inimiga da produção agrícola.

– Sei que muitos dos nossos produtores rurais estão conscientes disso – afirmou a senadora, que citou como exemplo positivo na área de preservação ambiental a iniciativa do governo de Mato Grosso do Sul conceder isenções da taxa de movimentação florestal para fomentar a silvicultura no estado.

Crivella quer solução definitiva para inundações

Os recorrentes problemas causados pelas inundações no Rio de Janeiro exigem uma solução definitiva, disse ontem o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). O povo do estado não suporta mais paliativos, declarou.

– Nossa cidadania reclama obras de prevenção. Há décadas passamos o ano fazendo reconstrução, quando o que precisamos são obras de prevenção – afirmou o senador.

Ao lado dos outros senadores da bancada fluminense, Lindbergh Farias (PT) e Francisco Dornelles (PP-RJ), Crivella disse que acompanhará todos os projetos federais de obras contra as enchentes.



Senador diz que acompanhará todos os projetos federais relativos a enchentes

– Vamos acompanhar todas as obras, da entrada no protocolo até a mesa do ministro: cada despacho, cada parecer, cada recomendação, até que possamos ver as máquinas e os homens cortando encostas, abrindo canais, barragens e represas.

O senador destacou ainda a realização, na última quinta-feira, do seminário Estado do Rio de Janeiro – desastres e soluções, no município de Itaperuna.



Encontro em Belém reuniu nove governadores, afirma Ataídes

Governadores da Amazônia estão unidos, diz Ataídes

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) elogiou os resultados de reunião, em Belém, no último fim de semana, entre os governadores da Amazônia Legal, para discutir problemas comuns dos estados da região e as possíveis bases de um programa para seu desenvolvimento.

Entre as conclusões, Ataídes destacou a necessidade de a Amazônia Legal agir como um bloco único, para conseguir alavancar seu desenvolvimento socioeconômico. Também mencionou a importância da integração das ações dos governos e das bancadas no Congresso, visando realizar uma reforma tributária ou definir projetos prioritários de infraestrutura.

– Percebi ali nove governadores, com o mesmo objetivo, tratando de um assunto de tamanha relevância sem nenhuma ideologia partidária – disse.



Eduardo Braga diz que bom senso deve prevalecer durante debates

Braga recomenda compromisso com a floresta em pé

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou ontem que a discussão sobre o Código Florestal deve levar em conta a agricultura e a pecuária, mas sem esquecer o compromisso de manter a biodiversidade e a floresta em pé.

– Teremos que trazer equilíbrio, bom senso e, acima de tudo, compromisso com a floresta em pé que o Brasil possui. A maior floresta em pé do planeta pertence aos brasileiros, é uma propriedade do nosso povo, é o maior laboratório natural que existe no mundo – disse o senador.

Braga lembrou da responsabilidade que caberá ao Senado na discussão do texto. Para o senador, o momento em que se debate o Código Florestal também é importante para analisar as oportunidades para as pessoas que vivem na floresta.

Grau de abertura do país ao mundo divide especialistas

Embaixador Rubens Barbosa defende a flexibilização das regras do Mercosul para que o Brasil possa negociar independentemente das outras nações do bloco regional

O GRAU DE abertura econômica que o Brasil deve ter em relação ao mundo ainda divide opiniões 20 anos após a assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul. Especialistas ouvidos ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) demonstraram diferentes visões a respeito da postura a ser adotada pelo país em relação à integração regional.

O embaixador Rubens Barbosa – a quem coube, como definiu o senador Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão, “lançar a semente do Mercosul” – defendeu a

flexibilização das atuais regras do bloco regional.

– Poderíamos flexibilizar as regras, para permitir que o Brasil possa negociar independentemente dos outros países do bloco. Nas negociações com os europeus, as dificuldades têm sido as barreiras crescentes da Argentina – afirmou.

Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), o empresário Roberto Teixeira da Costa admitiu dificuldades na relação com a Argentina, principal sócio do Brasil no bloco. Entre essas dificuldades estaria, a seu ver, a diferença de confiança depositada por brasileiros e argentinos nas suas

respectivas economias.

José Tavares de Araujo Júnior, representante do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), defendeu a adoção, pelo Mercosul, de um modelo mais aberto de integração regional, como o adotado por Austrália e Nova Zelândia.

Ele defendeu o fim do compromisso do Brasil com a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco, que considera muito protecionista, e a adoção unilateral, pelo país, de uma segunda abertura comercial – pouco mais de 20 anos depois da primeira, promovida pelo então presidente Fernando Collor.



Na audiência da CRE, Maria Claudia, Rubens Barbosa, senador Fernando Collor, Roberto Teixeira, José Tavares Jr. e José Saraiva

Além da economia, integração social e humana

A consultora do Senado Maria Claudia Drummond e o coordenador de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília José Flávio Saraiva, comentaram avanços na integração regional fora da esfera econômica. Cláudia previu maior aproximação com as sociedades por meio das eleições diretas dos integrantes do Par-

lamento do Mercosul.

Saraiva disse que o Mercosul “pode ser muito mais do que trânsito comercial” e citou o crescente intercâmbio de estudantes entre os países.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que 800 mil pares de calçados do Rio Grande do Sul aguardam liberação para entrada na Argentina, enquanto o ingresso no Brasil de arroz produzido no

país vizinho “avilta os preços” do arroz gaúcho.

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que o “drama do Mercosul está na falta de complementaridade entre as economias do bloco”.

João Pedro (PT-AM) observou que o Mercosul “não pode ser visto apenas sob o aspecto econômico e comercial, como no início”.

Suplicy pede fim da prisão preventiva de Battisti

A manutenção do italiano Cesare Battisti na prisão foi criticada por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador leu o artigo “Prisão ilegal de Battisti: uma farsa jurídica”, em que o jurista Dalmo de Abreu Dallari critica o Supremo Tribunal Federal (STF). Suplicy é contra a extradição do italiano, posição oficializada pelo então presidente Lula ao tomar decisão sobre o caso no fim do ano passado. Ao querer rever a decisão, e manter Battisti preso, o STF estaria promovendo uma “farsa jurídica”, na opinião de Dallari.

No artigo, o professor da USP afirma que a competência do STF no caso se encerrou quando o tribunal reconheceu o poder do presidente da República em dar a palavra final, e que a manutenção da prisão preventiva “é ato de extrema violência”.



Suplicy lê artigo de Dalmo Dallari com críticas ao STF

Segurança de fronteiras da Amazônia é tema de debate

A segurança nacional na região de fronteiras da Amazônia será tema de audiência pública, hoje, na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O encontro, que deve tratar de assuntos como o combate ao narcotráfico e à biopirataria e a manutenção da integridade da Amazônia, tem confirmadas as presenças do oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Glauco Costa de Moraes; do subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego das Forças Armadas, major-brigadeiro Gerson Machado de Oliveira; do diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Oslain Campos Santana; e da secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina de Luca Miki.

A subcomissão tem como presidente o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). A vice-presidente é Ana Amélia (PP-RS). O objetivo do colegiado é discutir propostas de desenvolvimento sustentável na Amazônia e investimentos estruturais para melhoria das condições do turismo na região.

Para senador, quem mais se beneficiará com a medida será o consumidor de baixa renda, cujo risco de inadimplência é considerado maior e, por isso, é penalizado com taxas de juros altas

Dornelles confia em queda de juros com o cadastro positivo

FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) comemorou ontem, em Plenário, a aprovação pelo Senado do cadastro positivo de pessoas naturais e de empresas. Segundo o senador, a iniciativa deverá permitir a redução da cobrança de juros dos tomadores de empréstimos. Dornelles foi o relator-revisor da matéria na Casa.

– A proposição [PLV 12/11, oriundo da Medida Provisória 518/10] é de grande relevância para a mitigação do risco do crédito, no *spread* das instituições financeiras e, por conseguinte, para a redução da taxa de juros dessas operações, em benefício dos consumidores e empresas brasileiras – afirmou o parlamentar. Ele disse que as taxas de juros de mercado para os consumidores brasileiros atingem hoje níveis extremamente elevados, variando entre 40% e 160%, o que ele considera inaceitável.



Dornelles afirma que juros cobrados hoje pelo mercado são inaceitáveis

Com a aprovação do cadastro positivo e a confirmação do histórico de bons pagadores, o uso do argumento da inadimplência como justificativa para manter taxas de juros tão altas perderá força, disse Dornelles. O maior benefício, segundo o senador, será para o consumidor de baixa renda, cujo risco de inadimplência é considerado maior e, ex-

tamente por isso, é penalizado com taxas de juros altas.

Dornelles disse que as informações cadastrais não são obrigatórias, devendo ser expressamente aceitas pelo cadastrado, que autorizará a empresa credora a repassá-las, desde que relacionadas somente a dados de financiamento. De acordo com ele, as informações devem ser “claras, objetivas e de fácil compreensão”. Tais anotações, argumentou, têm impacto relevante na vida pessoal e profissional de pessoas físicas e das empresas.

– Todos que tiverem acesso às informações sobre cadastrados, os gestores dos bancos de dados, suas fontes, bem como as entidades ofertadoras de crédito, e até mesmo pessoas jurídicas como consultantes respondem objetiva e solidariamente pelos danos morais eventualmente causados a esses consumidores e empresas – assinalou.

José Pimentel pede atenção à microempresa

O senador José Pimentel (PT-CE) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de três propostas que fortalecem as micro e pequenas empresas. Entre os 15 milhões de empregos formais criados de 2003 a 2010, 52% tiveram origem em empresas com até quatro empregados, ressaltou.

O primeiro projeto reformula toda a Lei Geral das Pequenas e Micro Empresas. A segunda proposta (PL 865/11) cria a Secretaria Nacional do Empreendedor

Individual, da Micro e Pequena Empresa.

– Se o Congresso Nacional reclama da quantidade de MPs, é preciso então votar com mais rapidez os projetos de lei que vêm do Executivo, porque são fruto de grande debate, reivindicados por vários setores da sociedade – afirmou.

Já a terceira proposta – a MP 529/11 – reduz para 5% a contribuição previdenciária do empreendedor individual. Com ela, o senador disse que o governo

quer integrar 11 milhões desses empreendedores ao mercado formal de trabalho.

– Se nós queremos continuar gerando emprego, distribuindo renda, crescendo a massa salarial brasileira e criando o novo mercado nacional de massas, é fundamental investir na micro e pequena empresa – declarou. O governo espera, em 2011, repetir os 2,5 milhões de empregos formais criados em 2010, disse ele, apontando que em quatro meses foram criados mais de 800 mil.

Gim se solidariza com famílias das vítimas do naufrágio

O senador Gim Argello (PTB-DF) se solidarizou ontem com as famílias que perderam parentes no naufrágio ocorrido domingo à noite no Lago Paranoá, em Brasília. Segundo ele, todas as providências estão sendo tomadas pela Marinha, pelos bombeiros e pelo governo do Distrito Federal.

– A cidade toda está muito triste, porque novamente acontece uma tragédia no Lago Paranoá. No mesmo discurso, Gim Ar-

gello agradeceu aos senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pela aprovação do projeto de lei (PLS 189/09) de sua autoria, que dá prazo de 15 dias para a devolução do dinheiro pago a mais pelos consumidores nas compras de produtos ou serviços.

– O projeto não só fixa o prazo de devolução, mas garante ao consumidor o valor em dobro e acrescido de multa caso o prazo



Gim Argello diz que Brasília “está muito triste” pelo que aconteceu

seja descumprido. As medidas vão dar maior atenção e maior confiança ao consumidor no ato de comprar – assinalou.

Ana Amélia defende maior inclusão digital no Brasil

O Congresso tem que propiciar melhores condições de segurança jurídica na produção de *softwares*, para que o país seja autossuficiente na produção de tecnologia de informação, afirmou Ana Amélia (PP-RS).

A senadora também pediu definições mais claras sobre a propriedade intelectual na internet, maior justiça tributária para comércio eletrônico e melhorias no conteúdo da informação digital.

Defensora de uma maior inclusão digital no país, Ana Amélia disse que todos devem poder participar da “democracia digital”, que permite ao cidadão com acesso à internet



A senadora pede melhorias no conteúdo da informação digital

acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas e dar sua opinião quanto a elas. A senadora defendeu ainda o uso da tecnologia digital nos sistemas de saúde e de educação.

Anibal: recursos da Timemania para clubes pequenos

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou a apresentação de projeto para ampliar os recursos da Timemania distribuídos aos clubes de futebol de menor porte (PLS 275/11). O senador ressaltou que os times pequenos têm uma participação importante na formação e revelação de talentos no futebol, mas frequentemente estão com seus patrimônios sob ameaça de penhora por falta de pagamento das dívidas.

O projeto de Anibal propõe duas modificações na Lei 11.345/06, que criou a loteria: reduzir, nos critérios de rateio dos 20% gerais, a participação dos times da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, de



Anibal ressalta papel de times menores na formação de talentos do futebol

13% para 10%, aumentando as cotas dos grupos 3 e 4 (que não estão na primeira ou segunda divisões); e incluir os times do grupo 4 no rateio de 2% na modalidade “Time do Coração”.

O senador também elogiou a celebração de um novo “pacto pela Amazônia” pelos governadores da região, reunidos em Belém no último sábado.

Rolleberg celebra conquista de trabalhador rural

O senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) registrou ontem o recebimento, por trabalhadores rurais de condomínios do Distrito Federal, de contrato de concessão real de uso da terra com opção de compra.

Rolleberg foi o autor da iniciativa que garantiu o direito aos produtores que deram a destinação correta a essas terras. Conforme o parlamentar, esses produtores cultivaram as propriedades durante 30 anos.

Na ocasião, disse, produzir no Cerrado era um desafio, e os produtores tiveram incentivo da Embrapa para melhorar a produtividade.



Rolleberg: Brasília tem uma das agriculturas mais produtivas do país

– Existe uma Brasília que o Brasil não conhece, uma Brasília que tem uma agricultura que é a mais produtiva do Brasil, extremamente tecnificada, extremamente avançada – enfatizou o parlamentar, ao ressaltar que o Entorno do Distrito Federal é grande produtor de grãos, hortaliças e frutas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Luiz Henrique • João Pedro • Mozarildo Cavalcanti

• Anibal Diniz • Ataídes Oliveira • Eduardo Suplicy

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Genildo Magalhães/Senado Federal

José Pimental discursa durante a sessão, presidida por Eunício Oliveira (C): pronunciamentos exaltaram importância na pacificação das relações entre patrões e empregados

Ana Amélia saúda presença das mulheres

Ao falar em nome do Partido Progressista, a senadora Ana Amélia (RS) lembrou que as mulheres hoje ocupam espaço importante não apenas na Justiça Trabalhista, mas em todas as áreas do Direito. Ana Amélia lembrou a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e a organização da Justiça do Trabalho no país, também no governo de Getúlio Vargas.

Desde então, observou a senadora, tem ocorrido o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção aos direitos do trabalhador e de sua família.

– A legislação trabalhista é motivo de muito orgulho para os trabalhadores, que, hoje, podem exercer sua profissão com muita segurança – disse.

Ela lembrou direitos como o 13º salário, o aviso prévio e o seguro-desemprego, os quais amenizam os efeitos das oscilações no mercado de trabalho.

A senadora elogiou a dedicação e o esforço dos servidores da Justiça do Trabalho no desafio de tornar mais célere e eficiente o julgamento de processos. Ao finalizar, ela disse estar certa de que os brasileiros sempre terão motivos para ter orgulho da Justiça do Trabalho.

Plenário homenageia os 70 anos de criação da Justiça do Trabalho

O Senado celebrou ontem, em sessão especial, os 70 anos de criação da Justiça do Trabalho. Os discursos destacaram o significado das leis trabalhistas e sua importância na pacificação das relações entre empregados e patrões. Os senadores José Pimentel (PT-CE) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) sugeriram a homenagem.

As leis trabalhistas, disse Pimentel, foram fundamentais para o crescimento da economia nacional, para a melhoria das relações entre capital e trabalho e para a consolidação do Estado democrático de direito. Eunício ressaltou que corrigir as deficiências que ainda perduram na legislação brasileira é papel inarredável do Parlamento.

Eunício Oliveira quer aprimorar legislação

O crescimento econômico brasileiro exige o aperfeiçoamento das leis que regem o trabalho, bem como novos mecanismos de defesa dos direitos trabalhistas e a organização da Justiça do Trabalho. A avaliação é do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), que, com José Pimentel (PT-CE), solicitou a homenagem aos 70 anos da Justiça do Trabalho, no Brasil.

O desenvolvimento dos últimos anos ampliou os postos de trabalho e, consequentemente, gerou mais demandas trabalhistas. Daí a Justiça do Trabalho precisar ser mais célere e simples para que possa garantir cidadania aos trabalhadores brasileiros, afirmou o senador.

Para Eunício Oliveira, a Justiça do Trabalho dá segurança aos trabalhadores de que os direitos violados serão restituídos.

– À medida que o Brasil cresceu em vários setores, principalmente na geração, graças a Deus, de empregos, é preciso garantir os direitos dos trabalhadores – assinalou.

Pimentel: “Sociedade confia na instituição”

Para José Pimentel (PT-CE), as relações entre capital e trabalho no Brasil estão mais humanizadas, de acordo com os padrões mais justos no mundo, em grande medida pela atuação da Justiça do Trabalho.

– Se nossos juízes e juízas registram grande crescimento da demanda pela Justiça do Trabalho, isso deve ser objeto de orgulho, pois demonstra que a sociedade tem muita confiança nesse ramo da Justiça brasileira – comentou.

Do ponto de vista legislativo, José Pimentel destacou o apoio oferecido pelo Congresso Nacional para a interiorização da Justiça do Trabalho nos últimos anos. Disse, no entanto, que a instituição precisa continuar prestando bons serviços ao país e, para isso, necessita de mais suporte para manter boas condições operacionais.

Para exemplificar o tamanho dos desafios, o parlamentar observou que o país criou mais 15 milhões de novos empregos formais desde 2003 e que isso deve potencializar a demanda de ações.

Para Crivella, Vargas promoveu renovação social

Na sessão de ontem, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) dirigiu uma “palavra de gratidão” à memória do presidente Getúlio Vargas, pela iniciativa de criar uma corte especializada na resolução de conflitos entre patrões e empregados entre as medidas de “renovação social” que começaram a ser introduzidas pelo ex-presidente a partir da década de 1930.

Crivella também estabeleceu uma ponte entre a atuação da Justiça do Trabalho e a do Senado, instituições que, segundo ele, costumam conduzir suas ações pelo caminho “do entendimento, da resolução pacífica de conflitos, da conciliação”.

Crivella chamou a atenção para o amadurecimento nas relações de trabalho no país e para o aperfeiçoamento da legislação do setor.

TST destaca preservação da paz social

O presidente do TST, João Oreste Dalazen, ressaltou o papel da Justiça do Trabalho na preservação da paz social e na solução de conflitos.

– [Ela] posiciona-se como algodão entre cristais no conflito

capital-trabalho, buscando sempre o justo equilíbrio dos interesses em confronto – disse.

Dalazen informou que a Justiça do Trabalho é integrada hoje pelo TST, 24 tribunais regionais do Trabalho e 1.378 varas do

Trabalho. Ainda de acordo com o presidente do TST, só em 2010 o setor recebeu e julgou cerca de 2 milhões de novas ações.

Dalazen afirmou, contudo, que a regras processuais trabalhistas já não respondem com a

mesma velocidade às demandas atuais e exige aprimoramentos normativos. Para isso, o TST encaminhará em breve ao Congresso um projeto para aperfeiçoar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Juro menor para pequeno produtor rural

Apenas 4% dos empréstimos no Programa Nacional de Agricultura Familiar têm pagamentos atrasados, mas governo decide reduzir encargos

A INADIMPLÊNCIA DE 4% nos empréstimos tomados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) é um dos menores de todo o sistema de crédito nacional e concentra-se principalmente nos contratos de agricultores de menor renda. É esse grupo que pode ser beneficiado com o anúncio feito na semana passada pelo governo federal de redução da taxa de juros para financiar a pequena produção rural.

Atualmente entre 1% e 4%, os juros dos empréstimos feitos pelo Pronaf B – agricultores familiares pobres – terão uma variação de 0,5% a 2% ao ano, segundo medidas anunciadas após reunião da presidente Dilma Rousseff com lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no encerramento do Grito da Terra Brasil, que é o principal evento do calendário do movimento sindical do campo e reúne anualmente milhares de trabalhadores rurais de todo o país em Brasília.

O endividamento rural foi discutido em palestras e debates que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vem promovendo às sextas-feiras. O diretor do Departamento de



Trabalhadores rurais da região de Sarandi (RS) fazem manifestação em frente ao Banco do Brasil: dificuldades para pagar os financiamentos agrícolas

Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), João Luiz Guadagnin, apontou as "limitações técnicas" para conceder o alongamento de dívidas para produtores que

tiveram perdas por conta de fenômenos climáticos.

Em outro encontro, em abril, foram sugeridas medidas para evitar o endividamento. A superintendente técnica da Confederação da Agricultura

e Pecuária do Brasil (CNA) Rosemeire Cristina dos Santos afirmou que a prorrogação das dívidas não é suficiente para resolver o problema e que é preciso vincular a renegociação a um instrumento de gerencia-

mento de risco e da capacidade de pagamento do produtor. Ela pediu uma alteração da política agrícola que garanta renda ao produtor para que ele não fique à mercê dos fenômenos climáticos.

Endividamento tem raízes na mudança da política agrícola

A mudança na política de financiamento da agricultura foi apontada por especialistas do setor como a principal causa do endividamento dos produtores rurais. Eles ressaltaram que na década de 1960 havia recursos suficientes e facilidades para obter financiamentos, pois a intenção era expandir a produção e a manter a população no campo. No entanto, o modelo se esgotou rapidamente e a partir da metade da década de 1980 as renegociações de dívidas começaram a ser uma necessidade.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que propôs o ciclo de debates sobre a agricultura brasileira e preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), criticou o último estímulo dado pelo governo para regularizar as dívidas dos produtores rurais – a Lei 11.775, de 2008. Segundo ele, a medida foi mais um paliativo e a solução seria rever o critério de cálculos de atualização do saldo devedor para que o agricultor tenha reais condições de saldar a dívida.

A dificuldade de se determinar a capacidade de pagamento

do produtor que já está em dificuldades foi debatida na CRA como uma consequência da atual facilidade de obtenção de crédito em várias instituições financeiras. O secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda Gilson Bitencourt defendeu a criação de um cadastro dos produtores do país para facilitar o planejamento de seguro, de crédito e da renegociação de dívidas.

O senador Blairo Maggi (PR-MT) mostrou preocupação quanto à situação do médio produtor rural, que atualmente não está no Pronaf nem no grupo dos grandes produtores. Ele alertou para as práticas de arrendamento e compra de terras feitas pelos grandes fundos.

– Isso não é bom para a agricultura brasileira. O fundo só trabalha pelo lucro. Se der dinheiro, planta. Se não der, para de plantar. Podemos ter um problema sério no país com desabastecimento e dificuldades sociais nos municípios onde estão essas propriedades que geram empregos e renda – advertiu o senador.

Pronaf garante crédito, mas falta assistência

Presente em duas das sete audiências já realizadas pela CRA sobre a situação da agricultura, o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, João Luiz Guadagnin, destacou que a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos produzidos no país. Ele observou que o Pronaf, criado em 1996, fornece crédito a mais de 60% dos que trabalham com a agricultura familiar.

Parceiro de agentes financeiros (Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, entre outros) e dos

ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, o programa concede crédito aos agricultores com recursos dos fundos constitucionais.

Guadagnin disse que o ponto fraco da agricultura familiar é a falta de assistência técnica. Já o gerente executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, Álvaro Tosetto, apontou que as políticas públicas nesse setor evoluíram, mas na área de assistência de apoio para a formação e a capacitação dos agricultores há muito o que fazer.

– Os agricultores de baixa renda precisam também obter informação suficiente, mais

moderna, com o auxílio da informática e dos sistemas de georreferenciamento para que os avanços da pesquisa agrícola se traduzam em produtividade e redução de custos para os produtores – afirmou.

A oferta de assistência técnica para a agricultura familiar também foi uma necessidade apontada por representantes de outros bancos, que ressaltaram o fortalecimento das parcerias entre as instituições para viabilizar esse benefício. Eles destacaram a necessidade de incentivar a utilização de tecnologia de convivência com a seca e de combate à desertificação.

Saiba mais

Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar

Setor Bancário Norte – Quadra 1 – Bloco D – Palácio do Desenvolvimento, 6º andar – CEP 70057-900 – Brasília (DF)
Fone: (61) 2020-0910 Fax: (61) 2107-0909
www.mda.gov.br/portal/saf



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Conheça outros programas ligados ao setor



Proagro Mais Também chamado de Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), é destinado exclusivamente aos agricultores familiares que tomam recursos do Pronaf para o custeio de suas lavouras. Para permitir a segurança da produção e a relativa garantia de renda, o seguro cobre perda superior a 30% e garante 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado.



Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) Em caso de baixa de preços no mercado, garante às famílias agricultoras que contratam empréstimos pelo Pronaf um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.



Garantia-Safra (GS) Destinado aos agricultores familiares da região Nordeste, da área norte de Minas Gerais (vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e da área norte do Espírito Santo, que sofrem perda de safra pela seca ou excesso de chuvas. A adesão anual garante aos agricultores que tiverem perdas de mais de 50% da produção uma indenização do governo federal em até seis parcelas mensais. O valor do benefício e a quantidade de agricultores a serem segurados são definidos anualmente. O limite fixado hoje é de até um salário mínimo e meio.



Programa de Alimentação Escolar Estabelece que, pelo menos, 30% dos gastos com a merenda escolar venham da compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.